

INFORMATIVO DA FRENTE PARLAMENTAR DO SETOR QUÍMICO, PETROQUÍMICO E PLÁSTICO DO BRASIL

“Não existe país forte sem Indústria Química,
Petroquímica e Plástico Competitiva”

Deputado Federal Vanderlei Siraque

Informativo da Frente Parlamentar em Defesa da Competitividade da Cadeia Produtiva do Setor Químico, Petroquímico e Plástico do Brasil, Ano II, nº LII

Seminário do BNDES “É possível 'reindustrializar' o setor químico?” discute meandros de estudo sobre diversificação na indústria química

É possível 'reindustrializar' o setor químico? A pergunta foi o mote para a apresentação do maior estudo realizado no Brasil sobre Diversificação da Indústria Química Brasileira, encomendado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e realizado Bain & Company, na terça-feira (29/07), no auditório da Dow Química, na zona sul de São Paulo (SP). O presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Competitividade da Cadeia Produtiva do Setor Químico, Petroquímico e Plástico do Brasil, deputado Vanderlei Siraque (PT/SP), participou do evento, que contou ainda com representantes de empresas e instituições setoriais, como o presidente da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), Fernando Figueiredo.

Os trabalhos foram conduzidos por Carlos Alberto Lopes, sócio-diretor da Gas Energy, Rodrigo Más, sócio da Bain & Company, e

Martim Francisco de Oliveira e Silva, Insumos Básicos do BNDES.

O objetivo do estudo é apontar caminhos para o planejamento da indústria química brasileira no médio e longo prazo, a partir de análise de mercado e as possibilidades de novos investimentos. Na avaliação de Siraque, o BNDES realizou um trabalho valioso, que traz pistas importantes para a competitividade na cadeia produtiva do setor químico no Brasil. Na opinião do parlamentar, trata-se de um mapa rico com as principais oportunidades para diversificação, reduzindo o déficit da indústria, que em 2013 atingiu US\$ 32 bilhões.

O elevado déficit da balança comercial no setor químico e a concentração da produção local no segmento de commodities, entre outros fatores, apontaram para a necessidade do estudo, contratado pelo BNDES, para o país.

Valor Econômico promove debate, em São Paulo, sobre perspectivas para o setor

Para que a biotecnologia avance no Brasil, é fundamental estabelecer mais parcerias. O movimento terá de envolver entidades públicas e empresas privadas de maior e menor porte. Este foi um dos caminhos apontados durante seminário "Biotecnologia e Inovação", realizado ontem pelo jornal Valor Econômico, com o apoio do Conselho de Informações sobre Biotecnologia (CIB).

O presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Competitividade da Cadeia Produtiva do Setor Químico, Petroquímico e Plástico do Brasil, deputado Vanderlei Siraque (PT/SP), foi representado por sua assessoria no evento, que teve a participação do ex-ministro da Agricultura Roberto Rodrigues, do fundador do Programa de Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade da Califórnia (Ucla), Gregory Stock, do presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Maurício Antônio Lopes, e do diretor-científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), Carlos Henrique de Brito Cruz.

“Trata-se de um tema de extrema relevância, já que vivemos um momento de intensas mudanças. Os avanços da tecnologia influenciam diretamente a vida das pessoas e temos de estar atentos a isso”, avaliou Siraque sobre o evento.



O seminário também reuniu produtores rurais, pesquisadores, empresários e jornalistas, que acompanharam atentamente a fala dos palestrantes, que de maneira geral, detalharam que a

complexidade será a marca do futuro e que a inteligência estratégica é fundamental para enfrentar os desafios que estão por vir.

Embrapa/Unicamp - A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) desenvolvem parceria que aponta para novas culturas transgênicas totalmente desenvolvidas no país. Firmada em 2012, a parceria envolve 15 cientistas das duas instituições e pretende divulgar os primeiros resultados em até cinco anos. "Definimos uma agenda para a criação no Brasil de um 'pipeline' de geração de ativos de base biológica, que nos permitirá desenvolver novas plantas geneticamente modificadas", disse Maurício Lopes, presidente da Embrapa, Lopes explicou que as pesquisas estão focadas no enfrentamento das mudanças climáticas. "De início, estamos buscando identificar novos genes e novas funções biológicas, para saber como as plantas respondem a pressões vindas do ambiente, como seca ou frio intensos", disse.

Brasil Vai Ampliar Defesa Comercial

Matéria publicada no jornal O Estado De S. Paulo, 28/07/2014

O jornal O Estado de S. Paulo trouxe no caderno de Economia e Negócios, em sua edição de segunda-feira (28/07), matéria que informa que “o governo prepara uma reforma nos instrumentos de defesa comercial para apertar o cerco contra importações desleais e atender às novas demandas da indústria após o reconhecimento do status da China como “economia de mercado” em 2016, o que poderia liberar uma onda de produtos chineses no Brasil”.

De acordo com a matéria, “depois de ajustar as chamadas medidas antidumping, que impedem a importação de produtos abaixo do custo de produção no país de origem, um novo decreto será publicado nos próximos meses para alterar as normas de aplicação de medidas compensatórias. Essas regras consistem em sobretaxas para inibir a compra de produtos com subsídios ilegais concedidos pelo país de origem”.

O texto conta que “esse ciclo de reformas deve ser encerrado em 2015, quando o governo pretende revisar também a legislação sobre salvaguardas, mecanismo de proteção temporária para casos de ameaça grave à indústria local”.

Veja a seguir o restante do texto publicado no O Estado de S. Paulo – “A adequação das regras para aplicação de medidas compensatórias é importante porque o setor privado teme perder as facilidades que têm hoje para aplicar medidas antidumping contra a importação de produtos chineses.

Nos processos para identificar o dano à produção doméstica, o Ministério do Desenvolvimento usa, atualmente, preços de outros mercados como comparação com aqueles praticados pela China. Depois de 2016, com o status de “economia de mercado”, terá que usar como referência os preços da China.

Consulta pública - O ministério ouviu, por meio de consulta pública, o setor privado para elaborar o texto do novo decreto. Entre as sugestões, está a mudança na definição do conceito de subsídio, alterações na metodologia de cálculo e a possibilidade de aplicar uma sobretaxa provisória para neutralizar os subsídios antes da conclusão definitiva da investigação sobre danos.

CNI - Nas sugestões ao governo, a Confederação Nacional da



O secretário de Comércio Exterior do Mdic, Daniel Godinho.

Indústria (CNI), representando 22 entidades, defendeu uma definição mais abrangente sobre subsídios. A redação atual da regra fala em compensação de subsídio concedido no país exportador à fabricação, produção, exportação ou transporte de qualquer produto cuja exportação ao Brasil possa causar dano à indústria doméstica. Para a CNI, outras atividades econômicas

subsidiadas, além de produção, exportação e transporte, devem estar sujeitas a medidas compensatórias.

A entidade defendeu que uma desvalorização cambial substancial implementada pelo governo do país exportador também seja considerada como um subsídio que confere benefício a exportadores.

Medidas provisórias - A CNI propôs que seja adotada a determinação preliminar obrigatória para aplicar medidas provisórias para conter os danos causados por subsídios à indústria nacional. Outra sugestão é a aplicação da chamada “margem cheia” sobre o valor total dos subsídios, e não apenas em relação ao dano causado. Seria uma forma de desencorajar governos estrangeiros que fazem uso desse incentivo.

“O setor privado é que vai nos demandar com medidas de defesa comercial e decidir quais são mais apropriadas para aquele caso específico. Se a demanda se deslocar do antidumping para medidas compensatórias, temos que estar prontos. E nós só estaremos prontos fazendo essa reforma”, disse o secretário de Comércio Exterior do Mdic, Daniel Godinho.

Protecionismo - Godinho rechaça conotações protecionistas na reforma. “Não se quer fechar (o mercado), mas ter um instrumento que funcione bem e olhando para todos os aspectos”, disse. Atualmente, há dois processos de medidas compensatórias em andamento contra importações de polipropileno da África do Sul e da Índia.

O secretário preferiu não antecipar as mudanças porque o esboço do decreto terá que ser aprovado pelos sete ministros que compõem a Câmara de Comércio Exterior (Camex). Mas indicou ser possível prever medidas provisórias. Segundo ele, o texto “está próximo” de ir à Camex”. (Reportagem de Renata Veríssimo, no O Estado de S. Paulo, 28 de Julho de 2014)

Brasília/DF: Câmara dos Deputados – Anexo III – Gabinete 574 – CEP: 70160-900 / Tel (61) 3215-5574 – Fax (61) 3215-2574 Tel(11) 4427-6588 – Fax(11) 2324-0555 dep.vanderleisiraque@camara.gov.br – siraque@siraque.com.br – www.siraque.com.br frente@quimicopetroplastico.br - www.frentequimicopetroplastico.com.br

Alexandre Toledo Deputado PSDB/AL / Antônio Imbassahy Deputado PSDB/BA / Arnaldo Jardim Deputado PPS/SP / Arthur O. Maia Deputado PMDB/BA / Cândido Vaccarezza Deputado PT/SP / Carlos Zarattini Deputado PT/SP / Edson Santos Deputado PT/RJ / Fernando Marroni Deputado PT/RS / Francisco Chagas Deputado PT/SP / Givaldo Carimbão Deputado PSB/AL / José Otávio Germano Deputado PP/RS / Luiz Alberto Deputado PT/BA / Manuela D'Ávila Deputada PC do B/RS / Marco Maia Deputado PT/RS / Newton Lima Deputado PT/SP / (Paulão) Paulo Fernando dos Santos Deputado PT/AL / Paulo Abi-Ackel Deputado PSDB/MG / Renan Filho Deputado PMDB/AL / Renato Mooling Deputado PP/RS / Ronaldo Zulke Deputado PT/RS